



TRF da 2^a REGIÃO EXECUÇÃO DE MANDADOS

INSTRUÇÕES:

Você receberá do fiscal: um *caderno de questões* e um *cartão de respostas* para a prova objetiva. O cartão de resposta é personalizado.

O *caderno de questões* está numerado seqüencialmente e contém as 50 questões da prova objetiva.

ATENÇÃO!

- 1- Verifique se a numeração das questões e a paginação estão corretas.
- 2- Verifique, no verso do *cartão de respostas*, se o seu nome, número de inscrição, data de nascimento e especialidade para a qual concorre estão corretos.
- 3- Leia atentamente cada questão da prova e assinale no *cartão de respostas* a opção que a responde corretamente.
- 4- Observe as seguintes recomendações relativas ao *cartão de respostas*:

O *cartão de respostas* não pode ser dobrado, amassado, rasurado, manchado ou conter qualquer registro fora dos locais destinados às respostas.

A maneira correta de marcar as respostas no *cartão de respostas* é cobrir, fortemente, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul, o espaço correspondente à letra a ser assinalada, conforme exemplo a seguir:

1 (A) ● (C) (D) (E) 49 (A) (B) ● (D) (E)

Outras formas de marcação diferentes da qual foi determinada implicarão na rejeição do *cartão de respostas* pela leitora de marcas.

A leitora também não registrará questões com marcação pouco nítida ou com mais de uma alternativa assinalada.

- 5- Se você precisar de algum esclarecimento solicite a presença do *chefe de setor*.
- 6- Você dispõe de 4 (quatro) horas para fazer a prova objetiva, inclusive a marcação do *cartão de respostas*. Faça com tranquilidade, mas controle o seu tempo.
- 7- Após o término da prova, entregue ao fiscal o *cartão de respostas* devidamente assinado no verso, confirmando desta forma, sua presença.

ATENÇÃO: Você só poderá levar este caderno de questões faltando 1 (uma) hora para o término da prova, conforme previsto no Edital.

CALENDÁRIO

Divulgação do Gabarito em 06/04/98 nos locais de atendimento ao candidato.

Prazo de Recurso da Prova Objetiva: 07/04/98 e 08/04/98.

O formulário de recurso encontra-se anexo a este caderno de prova.

O Recurso deverá ser dirigido à COPPE/UFRJ CONCURSOS.

COPPE



LÍNGUA PORTUGUESA

Com base no texto 1, responda às questões de 1 a 4.

TEXTO 1

O indivíduo ao nascer possui apenas algumas necessidades básicas, como fome, sede, etc., e algumas sensações, como medo, raiva e afeição. Ao se desenvolver, esse parco equipamento inato se vai ampliando: aparecem novas necessidades, novo equipamento sensorio-afetivo-intelectual, novas dimensões sociais, morais, etc. Tudo isso se desenvolve de maneira integradoramente unificada. É por isso que temos uma consciência de unidade, de identidade, de nós mesmos.

Segundo Eysenck, psicólogo alemão radicado na Inglaterra, "personalidade é a organização mais ou menos estável e contínua do caráter, do temperamento, do intelecto e do físico de uma pessoa", que determina seu ajustamento único ao ambiente.

(Adaptado de: TELES, Antônio Xavier. *Conceituação de Personalidade. Novo curso de filosofia*. J. Ozon. p. 222-224.)

1- No texto 1, a expressão "parco equipamento inato" (Parágrafo 1) significa:

- pobre conjunto de aparelhos herdados;
 - limitado conjunto de necessidades e sensações que já nascem com o indivíduo;
 - parva aparelhagem psíquica congênita;
 - conjunto restrito de aparelhos mecânicos e eletrônicos com que o indivíduo entra em contacto desde o nascimento;
 - pequeno conjunto de características psíquicas hereditárias.
- 2- A frase "Tudo isso se desenvolve de maneira integradoramente unificada" (Parágrafo 1) significa que:
- todos os seres humanos se desenvolvem no mesmo ritmo;
 - as dimensões sociais, morais, etc. de toda a humanidade são, de certo modo, as mesmas;
 - o indivíduo ao nascer possui apenas algumas necessidades e sensações básicas;
 - à medida que o indivíduo humano se desenvolve, seu "equipamento inato" se amplia;
 - há certo grau de unidade entre os vários aspectos da personalidade humana.

3- Ao afirmar que "personalidade é a organização mais ou menos estável e contínua do caráter, do temperamento, do intelecto e do físico de uma pessoa" (Parágrafo 2) o psicólogo citado quis dizer que:

- a personalidade é uma organização relativamente "estável e contínua";
 - existe uma organização entre os vários aspectos da personalidade de cada indivíduo, a qual permite a ele perceber-se como um todo provido de certa unidade;
 - o que distingue a personalidade saudável da neurótica é precisamente a natureza relativamente estável e contínua dos aspectos que compõem a do primeiro tipo;
 - há uma organização entre os vários componentes da personalidade humana, a qual garante saúde mental ao indivíduo, mesmo que ele deixe de perceber-se como uma unidade;
 - o indivíduo que tem personalidade se ajusta ao ambiente.
- 4- Dos conjuntos de vocábulos abaixo, o único em que todas as palavras seguem a mesma regra de ACENTUAÇÃO GRÁFICA a que obedecem os acentos de "indivíduo" e "contínua" é:
- ténue, míticos, história;
 - cárie, obliquo, substitui;
 - pastéis, heróis, Pádua;
 - lcará, várrios, relógio;
 - colégio, Cláudia, ônus.

Com base no texto 2, responda às questões de 5 a 9.

TEXTO 2

CULTURA - Sistema de idéias, conhecimentos, técnicas e artefatos, de padrões de comportamento e atitudes, que caracteriza uma sociedade. A perpetuação ou aquisição da cultura é um processo social e não biológico, razão pela qual se usa, às vezes, o termo "herança social" em lugar de "cultura". A existência da cultura liga-se a necessidades especificamente humanas. O fato fundamental de toda cultura é a linguagem: um sistema de símbolos verbais destinados à comunicação inter-humana. Sem comunicação verbal, nenhuma das formas de vida social tipicamente humana poderia ter-se desenvolvido. A obtenção, produção, transformação e conservação de alimentos, vestes, habitação e meios de transporte exigem um conjunto de conhecimentos, técnicas e artefatos (utensílios, ferramentas, armas, máquinas) que constituem o arcabouço de qualquer cultura, por mais primitiva que seja. A cultura dá ao homem certo grau de controle sobre o meio ambiente. Mas em todas as sociedades há a necessidade de controlar também o meio formado pelos próprios homens.

(GLOBO, *Dicionário de sociologia*. Porto Alegre, Globo, 1969, pp. 88-89.)

- 5- Das afirmativas referentes ao fragamento a seguir, a única FALSA é: "A perpetuação ou aquisição da cultura é um processo social e não biológico, razão pela qual se usa, às vezes, o termo 'herança social' em lugar de 'cultura'".
- "A perpetuação ou aquisição da cultura" significa: a aquisição, com a consequente perpetuação da cultura;
 - herança biológica está para biologia assim como cultura está para ciências sociais;
 - "perpetuação ou aquisição" significa: perpetuação, também denominada aquisição;
 - "A perpetuação e a aquisição da cultura" são mutuamente dependentes: a cultura se perpetua porque se adquire, e se adquire porque se perpetua;
 - a perpetuação de uma cultura é possível quando sua aquisição pelas novas gerações continua ocorrendo.
- 6- O argumento em que o texto fundamenta a afirmação a seguir é o de que: "A existência da cultura liga-se a necessidades especificamente humanas."
- só o homem possui cultura;
 - a perpetuação ou aquisição da cultura é um processo social, e não biológico;
 - só possuem cultura o homem e os animais cujas necessidades se assemelham às do homem;
 - não existe cultura sem linguagem, entendida esta como um sistema de símbolos verbais destinados à comunicação inter-humana;
 - cultura é um sistema de idéias, conhecimentos, técnicas etc. que caracteriza uma sociedade.
- 7- Já o argumento em que o texto fundamenta a afirmação a seguir é o de que: "O fato fundamental de toda cultura é a linguagem: um sistema de símbolos verbais destinados à comunicação inter-humana."
- há necessidade de controlar o meio formado pelos próprios homens;
 - o homem necessita de um conjunto de conhecimentos, técnicas e artefatos que constituem o arcabouço de qualquer cultura;
 - sem a linguagem nenhuma forma de vida social tipicamente humana poderia ter-se desenvolvido;
 - a cultura dá ao homem certo grau de controle sobre o meio ambiente;
 - sem a comunicação nenhuma forma de vida social tipicamente humana seria possível.
- 8- O vocábulo grifado no trecho a seguir significa: "Sem comunicação **verbal**, nenhuma das formas de vida social tipicamente humana poderia ter-se desenvolvido."
- que usa palavras;
 - oral;
 - que faz uso de verbos;
 - que utiliza a fala;
 - que utiliza tudo o que possa ter um significado.
- 9- O que o texto quer dizer quando afirma que "A cultura dá ao homem certo grau de controle sobre o meio ambiente" é que:
- a cultura permite ao homem, dentro de certos limites, "domar" a natureza;
 - a escolaridade elevada torna possível o controle ecológico;
 - a agressão à natureza pode mais facilmente ser evitada numa sociedade de nível cultural elevado;
 - um grau de instrução elevado facilita a conquista de certa dose de poder;
 - o controle da natureza requer também o controle da própria sociedade.
- 10- A opção em que melhor se justifica a vírgula empregada no trecho a seguir é: "O acordo visa à criação da Área de Livre Comércio Sul-Americana (ALCSA), que estaria plenamente constituída em 2005." (GUTIÉRREZ, Estella, O livre mercado sul-americano.)
- separa oração subordinada adjetiva explicativa;
 - separa oração subordinada adverbial consecutiva;
 - separa oração subordinada adjetiva restritiva;
 - separa oração subordinada substantiva apositiva;
 - separa oração coordenada sindética explicativa.
- 11- A opção em que é facultativa a colocação proclítica ou enclítica do pronome grifado é:
- "A perpetuação ou aquisição da cultura é um processo social e não biológico, razão pela qual se usa, às vezes, o termo 'herança social' em lugar de 'cultura'" (trecho 2);
 - "A existência da cultura liga-se a necessidades especificamente humanas" (idem);
 - Como **se** faz esse pudim?;
 - "A única mensagem positiva é que até 1995 o banco dava prejuízo, o que confirma o que já **se** sabia!" (Cartas dos Leitores, *Jornal do Brasil*, 30/07/1997.);
 - "É quase unânime a opinião de que **se** praticou uma injustiça na concessão de uma remuneração, por toda vida, de R\$ 11.000,00/mês, em função de sete meses de trabalho." (idem, 01/08/1997.).
- 12- Dos fragmentos abaixo, o único que contém erro de PONTUAÇÃO é:
- Em virtude de as despesas ordinárias terem sofrido pequenos reajustes ao longo dos últimos doze meses e de a receita, não ter sido reajustada, fomos autorizados a aumentar a mensalidade;
 - Sem mais para o momento e à inteira disposição de V. Sa. para maiores esclarecimentos, subscrevemos;
 - Com isso, sugerimos a convocação de nova assembleia para a apreciação dos atuais valores, bem como para a fixação de nova quota, se for o caso;
 - A esposa trocava as fraldas do bebê, e o marido lavava os pratos;
 - O Presidente mandou lavrar essa ata, que assina juntamente com o secretário que a lavrou.

13-Do ponto de vista da concordância, a frase correta é:

- Há de existir outras oportunidades como aquelas;
- Não deverão, em qualquer dessas hipóteses, haver prejuízos significativos;
- Nossa empresa negocia com produtos químicos em gerais;
- Superados a crise conjugal e o problema do inventário, Eduardo pôde dedicar-se com mais afinco ao projeto;
- O trabalho de catequese que tem feito os modestos missionários enviados à nossa região é um exemplo de humildade e labor a ser seguido por todos nós.

14-Quanto ao emprego do acento grave indicativo da crase, a frase correta é:

- Servimo-nos da presente para informar à V. Sa. que seu relatório será avaliado até o final do mês de abril;
- Em atendimento as instruções dos senhores membros da Comissão, informamos que a receita não chegou a gerar superávit;
- O presidente submeteu à deliberação do colegiado os assuntos previstos na pauta da reunião;
- São estas as medidas à serem tomadas;
- Fomos autorizados à proceder a emissão de uma cota extra no valor de R\$ 65,00 (sessenta e cinco reais) para a cobertura do referido saldo devedor.

15-Das frases abaixo, a que contém erro de flexão verbal é:

- Aqui se hastia a bandeira diariamente;
- Nosso esforço será no sentido de obter outras propostas orçamentárias e aprovar a que melhor convier à Instituição;
- Tais espetáculos incendeiam os espíritos e acirram os conflitos;
- Se os municípios da região não se provesssem pelo menos do indispensável, como fizeram, grandes tragédias adiariam na época da seca;
- Esperamos sinceramente que eles vão até lá e que investiguem por eles mesmos.

16-Considerando as formas verbais grifadas nas cinco frases abaixo, assinale a afirmativa FALSA:

- (1) Saiu o doente de quem Vanessa **jornava** conta.
- (2) Chegou o doente de quem Vanessa **jornou** conta.
- (3) Estamos afirmando hoje que amanhã **vijaremos**.
- (4) Afirmamos anteontem que ontem **vijaríamos**.
- (5) Afirmamos ontem que anteontem **vijaríamos**.

- em 1, o verbo dá idéia de uma ação habitual de valor durativo;
- em 2, o verbo refere-se a um fato que ocorreu uma vez no passado;
- em 3, o verbo refere-se a um fato posterior ao presente;
- em 4, o verbo refere-se a uma ação posterior a um fato passado;
- em 5, o verbo refere-se a uma ação posterior a um momento passado.

17-Ordene as frases abaixo, de tal maneira que formem um texto provido de sentido, e, em seguida, assinale a opção correspondente à ordem correta:

- E o mais interessante é que, se formos dar razão a todos, chegaremos a pontos de vista os mais contraditórios.
- Quando se fala de algum tema de Psicologia e Educação todos têm uma opinião a dar.
- E quem verdadeiramente se dedica a tais estudos geralmente fica impossibilitado de falar, diante da convicção com que os vícios conceitos são emitidos.
- Os julgam-se grandes conhecedores de tais ramos do conhecimento.

(V) Os sítio pais ou mães alegam logo essa qualidade para atestar que são profundos conhecedores da alma infantil e que souberam educar seus filhos.

(Adaptado de: PERESTRELLO, Danilo. *Almas Infantis*. Rio de Janeiro, Serviço Nacional de Educação Sanitária, 1964, p. 13-14.)

- II, IV, V, I, III;
- II, IV, I, V, III;
- IV, II, V, I, III;
- II, IV, V, III, I;
- II, I, V, IV, III.

18-A frase em que a regência do verbo NÃO está de acordo com a norma gramatical é:

- "A prova de conhecimento será realizada de acordo com o disposto no inciso III do artigo 11, obedecido o seguinte:" (trecho de um regulamento);
- Avisamo-lo de que poderia haver algumas desistências de última hora;
- Eduardo esqueceu os disquetes;
- Informamos-lhe de que o candidato da oposição renunciaria à candidatura;
- Os estudantes costumam assistir às defesas de tese.

19-A opção que preenche corretamente as quatro lacunas do trecho a seguir é, respectivamente: O fim desta é pedir, mais uma vez, providências no sentido da solução do problema que se refere nossa carta de 13/01/1998, qual V. Sas. não deram ainda qualquer resposta. Essa pendência já se arrasta mais de um mês e, como de hoje três semanas terá início o congresso de que trata aquela carta, findo esse prazo, nossa reivindicação deixará de fazer sentido.

- a, a, há, a;
- a, a, há, a;
- a, a, há, a;
- a, a, a, há;
- a, a, há, há.

20-Das opções que se seguem, a que está CORRETA quanto à flexão verbal é:

- Se o governo se precavisse, evitaria acidentes como esse;
- Com um pouco de sorte, talvez o senhor reaveja os documentos extraviados;
- Meus filhos só vêm televisão depois que terminam os deveres escolares;
- As autoridades interviram no rumo dos acontecimentos;
- A empresa que projetou a usina não se preveu como deveria.

24-Entendendo-se por funcionário público "a pessoa legalmente investida em cargo público" e considerando-se o sentido estrito deste conceito, pode-se afirmar que:

- os juízes são considerados funcionários públicos especiais;
- os jurados são considerados, por função jurídica, funcionários públicos temporários;
- os juízes não são considerados funcionários públicos;
- o prestador de serviços das Fundações Públicas é assemelhado aos funcionários públicos;
- os ministros de Estado equiparam-se aos demais cargos públicos que integram os quadros da Administração Pública e, por isso, são funcionários públicos.

CONHECIMENTO ESPECÍFICO

21-Com relação à Organização Judiciária Brasileira, pode-se afirmar que:

- o Poder Judiciário não agasalha o duplo grau de jurisdição;
- os órgãos jurisdicionais são invariavelmente colegiados, em razão de maior garantia de justiça;
- os agentes de crimes hediondos são julgados por tribunal de exceção;
- os casos submetidos à apreciação do Tribunal Regional Federal da 2ª Região decorrem de apelação das decisões do Tribunal de Justiça Estadual;
- os órgãos do Poder Judiciário não têm hierarquia.

22-Nos termos da Constituição de 1988, as Medidas Provisórias são editadas:

- por iniciativa do Presidente da República ou do Congresso Nacional;
- em casos de relevância e urgência, unicamente;
- desde que não implique aumento do orçamento público;
- nas hipóteses em que lei ordinária discipline sua edição;
- nos casos de delegação de atos exclusivos do Congresso Nacional.

23-Pode-se dizer que o controle da constitucionalidade implica a análise da consonância da lei ou ato normativo com as disposições constitucionais. No sistema brasileiro, o controle jurisdicional da constitucionalidade pode ser exercido:

- por qualquer órgão jurisdicional na apreciação de caso concreto por via de controle de exceção;
- exclusivamente por Órgãos Colegiados dos Estados-Membros;
- de forma concentrada, por qualquer interessado em suscitar a questão da constitucionalidade;
- de forma difusa, unicamente pelo Advogado Geral da União, através de ação direta;
- tão-somente pelo Supremo Tribunal Federal.

25-Com base nos preceitos da Lei 8666 / 96, que institui normas para licitações e contratos no âmbito da Administração Pública, é correto afirmar que:

- o bem público não pode ser alienado;
- a dação em pagamento é permitida para a Sociedade de Economia Mista, desde que haja licitação na modalidade de concorrência;
- a Empresa Pública está desobrigada de licitar;
- a alienação de bens públicos é permitida nos termos da lei;
- a alienação de bens pertencentes às Autarquias e Fundações Públicas é permitida, independentemente de autorização legislativa.

26-A presunção de legitimidade dos atos administrativos é:

- iures tantum*;
- negativa;
- iure et de iure*;
- dependente da discricionariedade da administração;
- dependente da interpretação do Juízo em caso concreto.

27-“A Administração é um centro de imputação. O ato do servidor ou funcionário não vincula o administrador e sim a Administração, deixando claro o dever de imparcialidade” (Boletim de Direito Administrativo Municipal, nº 03/96). O princípio norteador da atuação genérica da Administração Pública que corresponde ao enunciado acima é o da:

- legalidade;
- razoabilidade;
- moralidade;
- publicidade;
- impeccabilidade.

28-O poder hierárquico envolve uma subordinação da qual resulta a graduação da autoridade na Administração Pública. Decorrente deste poder, há um outro que corrobora o princípio consubstanciado na expressão “quem pode mais pode menos”. Trata-se do poder de:

- policiar;
- avocar;
- normatizar;
- investir;
- punir.

29-No tocante às penas ou sanções no âmbito da Administração, é correto afirmar que:

- a advertência não pode ser considerada sanção disciplinar;
- o ocupante de cargo de confiança de livre nomeação pode ser demitido em virtude de sanção disciplinar;
- o funcionário público que comete crime contra a Administração Pública exime-se de qualquer sanção disciplinar na hipótese de aposentadoria;
- a repreensão e a suspensão são exemplos de sanções disciplinares;
- o poder disciplinar da Administração tem finalidade semelhante à do direito penal.

30-A atividade da Administração Pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, à tranquilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais e coletivos, corresponde ao conceito legal de:

- serviço público;
- poder disciplinar;
- poder de polícia;
- ato *externo corporis*;
- ato *interno corporis*.

31-A analogia em Direito Penal tem aplicação:

- somente nas leis penais meramente explicativas;
- somente nas leis penais meramente explicativas ou permissivas;
- nos casos em que beneficiar o réu;
- conforme o prudente critério do juiz.

32-Em Direito Penal, a lei poderá retroagir sempre que:

- o crime tenha sido cometido até 180 dias antes da entrada em vigor da lei nova;
- o réu seja primário;
- não haja denúncia recebida;
- não haja sentença de mérito;
- beneficie o imputado.

33-A responsabilidade penal, segundo o sistema do Código em vigor e dos princípios gerais do Artigo 5º da Constituição Federal:

- segue a mesma regra do Direito Civil, em razão do princípio da unidade conceitual do Direito;
- deve ser interpretada de acordo com a culpabilidade do agente do crime;
- é sempre pessoal e não pode passar da pessoa do delinquente;
- depende da natureza do delito cometido, se doloso, se culposo;
- é sempre pessoal no crime doloso, admitindo-se, nos crimes simplesmente culposos, a extensão da responsabilidade a terceiros.

34-Os serventuários da Justiça são funcionários públicos para todos os efeitos, inclusive os penais:

- sempre, a não ser que o cargo ou função não seja remunerado;
- sempre, consoante o conceito de funcionário público adotado pelo Código Penal através de norma penal explicativa;
- sempre, a não ser naqueles atos em que ajam em estrita e direta observância de ordem do tabelião;
- apenas em alguns casos particulares previstos em lei especial;
- sempre, a não ser que o cartório não seja oficializado.

35-A questão da tentativa, no que se refere à contravenção penal, deve ser entendida como:

- inadmissível, pela própria natureza da contravenção penal;
- admissível por exceção, nos casos mais graves, a critério do juiz da causa;
- admissível por exceção, nos casos em que a lei especial assim determina;
- admissível, consoante os critérios do Código Penal;
- admissível em geral, com a exceção dos casos para os quais se comine simplesmente pena de multa.

36-Nos crimes de ação penal pública, o inquérito policial deve ser instaurado:

- de ofício;
- mediante requisição do Ministério Público;
- pela provocação da parte interessada ou de quem a represente;
- por requisição do juiz ou do Ministério Público;
- segundo o poder discricionário do delegado.

37-A prisão em flagrante para ser válida NÃO pode ser realizada:

- após 24 horas de cometida a infração penal;
- na residência do imputado sem o seu consentimento;
- no caso de haver o suspeito saído da casa do crime;
- no caso de não ter sido consumada a infração penal;
- apenas em razão de o suspeito ter antecedentes criminais e haver sido encontrado nas cercanias, logo após o crime.

38-A prisão preventiva, com base na garantia da execução da pena, pode ser decretada quando o acusado:

- reside em comarca diversa;
- está desempregado;
- se recusa reiteradamente a atender às audiências judiciais;
- possui maus antecedentes;
- comete crime grave e inafiançável.

39-A citação por edital dar-se-á quando o acusado:

- não comparecer para o interrogatório;
- estiver no estrangeiro e a infração for afiançável;
- estiver viajando;
- já houver sido considerado em outro processo como estando em lugar incerto e não sabido;
- estiver preso em outra unidade da Federação.

40-Na ação de habeas corpus NÃO se admite impetrado:

- sem instrumento de mandado;
- por pessoa jurídica;
- contra ato de particular;
- para trancar processo administrativo;
- em segunda instância, contra decisão denegatória de idêntico remédio em primeiro grau.

41-Na hipótese de uma demanda cujo ponto controverso é a ocorrência ou não de danos materiais e morais decorrentes da atuação de um médico em uma cirurgia, é correto afirmar tratar-se de uma obrigação:

- simples, apurando-se a responsabilidade objetiva do médico;
- condicional, dependendo o insucesso da cirurgia de evento futuro e incerto;
- ilíquida, pendente da verificação das condições de saída do paciente antes da cirurgia;
- de meio, cabendo ao médico provar que agiu com diligência e prudência durante a cirurgia;
- de resultado, provando o paciente que o serviço realizado não alcançou o objeto da contratação.

42-No contrato de compra e venda de uma tela de Pancetti, já paga, o vendedor quer substituí-la por uma tela de Djaniára ou por outras três, menores, pintadas por Di Cavalcanti, todas de maior valor e que seriam entregues uma a cada mês, com o que não concordou o comprador, alegando não ter sido prevista tal hipótese. A afirmativa correta que resolve o impasse é:

- a recusa é justa, por tratar-se de uma obrigação de entrega de coisa certa, de modalidade simples;
- a oferta é legal, por ser uma obrigação de natureza alternativa;
- a entrega ainda não é exigível e, portanto, pode ser modificada;
- o negócio jurídico não está aperfeiçoado e, assim, desobriga as partes;
- o devedor da obrigação pode exonerar-se de seu ônus parceladamente, cabendo ao credor aceitá-la.

43-A presunção de pagamento do título ao devedor poderá ter sua quitação ilidida desde que o credor da obrigação assim o provar no prazo, em dias, de:

- 60;
- 90;
- 100;
- 120;
- 180.

44-Para efeito de recebimento válido de pagamento, são exemplos de representantes do credor, classificados como legal, judicial e convencional, na ordem, os seguintes:

- depositário, síndico, inventariante;
- inventariante, depositário, síndico;
- tutor, inventariante, mandatário;
- mandatário, tutor, depositário;
- síndico, mandatário, tutor.

45-Edson faleceu na condição de depositário dos bens de Arantes, que está demandando o herdeiro Nascimento para reaver-los. Em sua defesa, explicou este que não sabia que os bens pertenciam a Edson e, assim, os vendeu a Ricardo, razão pela qual não poderia entregá-los. Neste caso, cabe ao herdeiro:

- pagar o valor dos bens a Arantes e recebê-los de Ricardo em retorno;
- oferecer oposição a Ricardo e reivindicar destes os bens em devolução;
- garantir o juiz com o depósito do valor dos bens e cobrar de Arantes as despesas processuais;
- exigir de Ricardo a devolução dos bens e receber de Arantes o respectivo valor;
- assistir Arantes na reivindicação e restituir a Ricardo o preço recebido.

46-Trinta dias é o prazo para prática do seguinte ato processual:

- publicar edital, caso o processo esteja na fase de leilão;
- prolatar sentença, sendo o edilício e procedimento;
- contestar, se os citados têm diferentes procuradores;
- agravar, na hipótese do Ministério Públiso ter uma prova indeferida;
- oferecer embargos de declaração, quando há representante da Fazenda Pública.

47-Dos casos previstos na lei processual em que a citação ou intimação carecem de se efetivar pessoalmente, tem-se:

- execução e embargos do devedor;
- liquidação por artigos e execução;
- cautelar incidental e reconvenção;
- reconvenção e liquidação por artigos;
- embargos do devedor e cautelar incidental.

48-A doutrina entende que o despacho sancionar, ao ser pronunciado, contém dois juízos, cujos conteúdos podem ser resumidos da seguinte maneira:

- ambos negativos, de carência de interesse processual e de reconhecimento de nulidade insanável;
- ambos positivos, de apreciação do mérito e de admissibilidade do pedido;
- ambos negativos, de acolhimento recursal e declaratório de decadência da ação;
- um positivo, de julgamento antecipado da lide, e outro negativo, ante o êxito conciliatório;
- ambos positivos, de admissibilidade da ação e de validade do processo.

49-Dentre outras hipóteses, o agravo de instrumento interposto poderá ter seu seguimento negado liminarmente, quando seu mérito:

- a) contrariar súmula do próprio tribunal;
- b) for objeto de reexame da matéria agravada;
- c) tiver decisão diversa em juízo monocrático;
- d) divergir de decisão de outro tribunal estadual;
- e) apresentar divergência nas instâncias superiores.

50-No caso de a penhora recair sobre direito e ação do devedor, uma das atitudes que cabe ao credor é:

- a) sequestrar outros bens do devedor;
- b) oferecer circunstanciado embargos à penhora;
- c) interpor interdição aos direitos do executado;
- d) promover a alienação judicial destes direitos;
- e) reverter o crédito em títulos da dívida pública.